



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Aos 16 dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.<sup>a</sup> parte

Audição da Infraestruturas de Portugal, S.A., sobre o estudo do LNEC sobre a Ponte 25 de Abril (requerimento oral do PS)

#### 2.<sup>a</sup> parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 183/XIII/3.<sup>a</sup>, 184/XIII/3.<sup>a</sup>, 185/XIII/3.<sup>a</sup> e 186/XIII/3.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 8, 9 e 10 de maio de 2018

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia 2017”

– Relator: Deputado Heitor de Sousa (BE)

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1368/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) – “Em defesa de uma Linha Ferroviária do Oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade” e 1557/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) – “Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações”

4. Discussão em Comissão do Projetos de Resolução n.ºs 1251/XIII (BE) – “Recomenda ao Governo a requalificação da EN 124 situada nos concelhos de Silves e Portimão” e 1544/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Recomenda ao Governo que proceda, com caráter de urgência, à requalificação da EN 124 entre Silves e Porto de Lagos”

5. Petição n.º 502/XIII/3.<sup>a</sup> – Pela alteração da Lei 13/2006 (Transporte Coletivo de Crianças) (1311 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de relator (cabe ao BE)



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

6. Petição n.º 504/XIII/3.<sup>a</sup> – Solicitam a adoção de medidas com vista à requalificação completa e adequada do IP3 (17940 subscritores)

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PS)

7. Fixação das redações finais relativas a:

– Reapreciação do decreto da Assembleia da República n.º 196/XIII, que altera a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprovou um regime jurídico estabelecendo a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra

– Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que suspenda o processo de desenvolvimento da linha de muito alta tensão que atravessará Barcelos

– Projeto de Resolução n.º 1502/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – Portugal 2020 e sua reprogramação

8. Outros assuntos

---

#### 1.<sup>a</sup> parte

#### **Audição da Infraestruturas de Portugal, S.A., sobre o estudo do LNEC sobre a Ponte 25 de Abril (requerimento oral do PS)**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A., e ao Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A., ao Diretor do Planeamento Corporativo e Controlo de Gestão e ao Diretor do Departamento de Exploração de Vias AP Sul, que o acompanhavam.

Após a intervenção inicial do Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A., usaram da palavra, na primeira ronda de perguntas, os Senhores Deputados André Pinotes



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Batista (PS), Carlos Silva (PSD), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A., respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), André Pinotes Batista (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A., em resposta conjunta.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

#### **2.<sup>a</sup> parte**

##### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 183/XIII/3.<sup>a</sup>, 184/XIII/3.<sup>a</sup>, 185/XIII/3.<sup>a</sup> e 186/XIII/3.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 8, 9 e 10 de maio de 2018**

Submetidas a votação, as atas n.ºs 183/XIII/3.<sup>a</sup>, 184/XIII/3.<sup>a</sup>, 185/XIII/3.<sup>a</sup> e 186/XIII/3.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 8, 9 e 10 de maio de 2018, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

##### **2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório “Portugal na União Europeia 2017”**

**– Relator: Deputado Heitor de Sousa (BE)**

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou de forma sucinta o parecer em epígrafe.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

##### **3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1368/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) – “Em defesa de uma Linha Ferroviária do Oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade” e 1557/XIII/3.<sup>a</sup>**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

#### **(PEV) – “Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações”**

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1368/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - "Em defesa de uma linha ferroviária do oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade.", notando que houve atualização deste tema suscitado pelo estudo de impacto ambiental sobre a intervenção no troço entre Meleças e Caldas da Rainha, que confirma que fica aquém da qualidade desejável de transporte e que só há intervenção em 20% do percurso e com ganhos de qualidade reduzidos, de apenas 17' por viagem, e com 110' em 90 km, sendo o autocarro mais rápido.

Estranhou gastar 107 milhões € para tão curta poupança de tempo.

O Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1557/XIII/3.<sup>a</sup> (PEV) - " Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações.", referindo que acompanham a preocupação do BE e lembrando a Resolução da Assembleia da República.

Referiu que, em Fevereiro, a APA colocou o estudo de impacto ambiental em consulta pública que considera que a redução de tempos prevista não coloca o comboio como transporte alternativo ao automóvel e ao rodoviário na Região.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) lembrou a Resolução da Assembleia da República, de Setembro 2017, que deu origem ao estudo de impacto ambiental da Linha do Oeste, referindo que a consulta pública acabou em 27 de Março.

Referiu-se, detalhando, ao projeto de modernização da Linha do Oeste e sublinhou que este projeto tem também a ver com segurança e impacto ambiental, o que permitiu recorrer a fundos comunitários, e disse esperar que este comboio sirva a Região e o movimento pendular para Lisboa, acrescido pelo aumento de residentes. Referiu, ainda, a sua experiência desta linha.

Notou a vantagem de este projeto poder voltar a ser enquadrado no próximo quadro comunitário de apoio para um projeto completo desta linha.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado José António Silva (PSD) enquadrou a importância da Linha do Oeste e recordou que o Governo Sócrates, em 2011, comprometeu-se com a Troika, o que condicionou a intervenção do Governo seguinte, o que já não se justifica em 2018. Enunciou, detalhando, várias evoluções ocorridas do projeto da Linha do Oeste.

Referiu que o atual Governo reduziu a intervenção para cerca de metade, 107 milhões €, entre Meleças e Caldas da Rainha e venceu que o PSD entende que o Governo dê instruções à IP para que a requalificação de todo o percurso se inicie já, conforme previsto, para 2020/23.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apreciou os Projetos de Resolução, que não são a reapreciação da anterior Resolução da Assembleia da República, de Setembro 2017, mas a tomada de posição crítica quanto à concretização feita pelo Governo e pela IP, com que concorda.

Recordou a audição do Engenheiro Nelson Oliveira, demonstrando a viabilidade da linha e sobre a intenção de completar a ligação ferroviária a Coimbra.

Criticou a opção do Governo de falta de ligação para Norte e de redução do investimento, detalhando a intervenção necessária, e salientou um aspeto novo, que é o transporte ferroviário, tendo, esta semana, a CP anunciado a intenção de renunciar à ligação Caldas – Coimbra, que repudiou.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) venceu que no debate não está apenas em causa a ligação de Caldas da Rainha até Meleças, depois da informação do anunciado fim da Linha do Oeste, passando a linha suburbana de Lisboa. Sublinhou a necessidade de consenso para uma linha ferroviária que circule a 100kms/hora e seja alternativa à rodovia.

**4. Discussão em Comissão do Projetos de Resolução n.ºs 1251/XIII (BE) – “Recomenda ao Governo a requalificação da EN 124 situada nos concelhos de Silves e Portimão” e 1544/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Recomenda ao Governo que proceda, com carácter de urgência, à requalificação da EN 124 entre Silves e Porto de Lagos”**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o PJR n.º 1251/XIII/3.<sup>a</sup> (BE), tendo realçado que nos troços da EN124 entre Silves e Porto de Lagos se encontrava um piso em enorme estado de degradação, com buracos e lombas, faixas e circulação estreitas que não reúnem condições mínimas de segurança rodoviária e com alguns pontos a ameaçar ruína. Considerou que esta era uma situação inaceitável para uma estrada nacional. Afirmou que a autarquia já tinha reclamado a requalificação junto da Infraestruturas de Portugal, S.A. (I.P., S.A.), e que já tinha havido protestos populares no mesmo sentido, tendo o Governo respondido que estavam em curso negociações que previam a transferência para a gestão direta da I.P., S.A., de vários lanços integrados na subconcessão do Algarve Litoral, que incluía esta EN124. Em seu entender, concluído este processo de transferência, era absolutamente urgente a elaboração de projetos de requalificação que vão de encontro às necessidades e justas reclamações da população. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o PJR 1544/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP), tendo referido o estado deplorável em que se encontra o troço da EN124 objeto deste projeto de resolução, o facto de não reunir condições de segurança rodoviária e de apresentar piso irregular e perigoso, com lombas e buracos, bem como faixas de circulação demasiado estreitas. Lembrou que as obras de requalificação daquela via estavam previstas desde 2009, tendo sido atribuídas pelo Governo da altura a uma subconcessionária, no âmbito de uma parceria público-privada que considerou ruínosa para o Estado. Lembrou também que as obras não foram realizadas pela concessionária, não tendo esta cumprido o contrato de concessão; e que no âmbito da aprovação pelo anterior Governo do PETI 3+ se iniciou a renegociação das parcerias público-privadas, que se arrastou entre 2011 e 2015, com suspensão das obras de requalificação, aprofundando-se o estado de degradação daquela estrada. Finalmente, prosseguiu, concluídas as renegociações desta parceria público-privada em 2015, este troço foi transferido da subconcessionária para a I.P., S.A, mas até ao momento ainda não começaram, apesar de a necessidade da sua realização ser reconhecida pelos intervenientes. Defendeu que as obras ainda não se realizaram por opção política do anterior Governo e inação do atual. Informou que o PCP tinha questionado o Governo sobre este assunto em abril de 2016 e este informou que tinha conhecimento da situação da EN124, encontrando-se em estudo uma solução para a requalificação do



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

mencionado lanço. Até ao momento atual, reiterou, a situação não se alterou e as obras não avançaram. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos e referindo que há umas semanas o Governo tinha anunciado no Algarve que ia fazer obras de emergência na EN124 e EN125, alocando para tal o valor de um milhão de euros, metade dos quais para requalificar uma ponte, sobrando meio milhão de euros para tapar os buracos em dezenas de quilómetros de estrada, entre os quais estes. Não discordando desta intervenção, afirmou que a mesma não resolvia o problema aqui em discussão.

Usaram da palavra, para intervir na discussão, os Senhores Deputados Ana Passos (PS) e Cristóvão Norte (PSD).

A Senhora Deputada Ana Passos (PS) reconheceu a necessidade de obras de requalificação na EN124, na EN125, entre Olhão e Vila Real de Santo António, e na EN396, e deu conta de que o Governo lançou concurso público de urgência e as obras iriam começar na segunda quinzena de maio, estando prevista a sua conclusão para o final do mês de junho. Afirmou ainda que estava disponível um milhão de euros, mas, tal como anunciado Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na audição nesta Comissão no dia 2 de maio, não se destinavam a obras de “tapa buracos”, mas sim a obras mais profundas, a realizar até àquela data. Concluiu, considerando os projetos de resolução extemporâneos, uma vez que a solução já se encontrava a caminho.

Por sua vez, o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) afirmou que o retrato dos factos traduzido nas iniciativas em discussão, sobretudo quanto às condições da via, era verdadeiro. Considerou também importante dizer que o Governo tinha vindo a afirmar, ano após ano, que as obras na EN125 e outras estavam dependentes do visto do Tribunal de Contas e isso se tinha vindo a verificar que isso não era verdade, e que o processo só tinha dado entrada aí em finais de 2017. O que o Governo tinha dito, em relação a esta via, era que por força de não estar concluída a renegociação não podia intervir na via, quando afinal podia, porque com estes remendos vai intervir na via. A verdade, reiterou, é que não era uma prioridade política do Governo intervir na via. Referiu ainda que essa atitude se devia enquadrar num panorama mais global, designadamente o corte de investimento público que se verificou. Lembrou,



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

finalmente, que do pacote de um milhão de euros apresentado pelo Governo, 500 000€ eram para uma ponte, 300 000€ para requalificação de 36 km da EN125 e os restantes 200 000€ para estas duas empreitadas. Ora, com 200 000€ não se faz uma intervenção profunda. Concluiu, afirmando que o PSD não pode discordar dos fundamentos destas iniciativas.

Para encerrar a discussão intervieram os autores das iniciativas.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reafirmou que o estado de degradação desta via não é recente, já vinha do Governo anterior, e que o problema já estava identificado desde 2009. Manifestou ainda perplexidade pela intervenção da Deputada Ana Passos, ao considerar que os PJR eram extemporâneos por já estar prevista uma obra que vai começar em maio e termina em junho. Rebateu esta posição, lembrando que do pacote anunciado pelo Governo meio milhão de euros era para remodelação de uma ponte e que o meio milhão de euros que sobrava era para requalificar mais de 38 km da EN125, a En124 ente Silves e Porto de Lagos e a EN396 e que essa verba não chegava para arranjar as bermas, o piso, para a sinalização dos troços previstos. Para chegar a essa conclusão bastava ver o custo por quilómetro da requalificação que já tinha sido feita noutros troços da EN125. A obra agora anunciada e uma obra de emergência para resolver pequenos problemas, vai mitigar pequenos problemas mas fica a faltar a intervenção de fundo, pelo que, reiterou, o projeto de resolução apresentado pelo PCP não era extemporâneo.

Também o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) manifestou perplexidade com a conclusão da Deputada Ana Passos e afirmou que 200 000€ chegavam apenas para um operação de cosmética em relação à infraestrutura e mais nada. Reiterou que que uma intervenção de requalificação implicava mexer na base da infraestrutura, nomeadamente alargamento de vias, rever os cruzamentos e a sinalização e isso não se fazia com 200 000€.

A discussão foi objeto de [gravação](#), que pode ser consultada na página dos projetos de resolução na Internet.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

#### **5. Petição n.º 502/XIII/3.<sup>a</sup> – Pela alteração da Lei 13/2006 (Transporte Coletivo de Crianças) (1311 subscritores)**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao BE)**

O Senhor Presidente submeteu a votação a nota de admissibilidade da Petição n.º 502/XIII/3.<sup>a</sup>, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE).

#### **6. Petição n.º 504/XIII/3.<sup>a</sup> – Solicitam a adoção de medidas com vista à requalificação completa e adequada do IP3 (17940 subscritores)**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PS)**

De seguida, procedeu-se à votação da nota de admissibilidade da Petição n.º 504/XIII/3.<sup>a</sup>, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS).

#### **7. Fixação das redações finais relativas a:**

**– Reapreciação do decreto da Assembleia da República n.º 196/XIII, que altera a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprovou um regime jurídico estabelecendo a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra**

**– Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que suspenda o processo de desenvolvimento da linha de muito alta tensão que atravessará Barcelos**

**– Projeto de Resolução n.º 1502/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – Portugal 2020 e sua reprogramação**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

A redação final relativa à reapreciação do decreto da Assembleia da República n.º 196/XIII foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 975/XIII/2.<sup>a</sup> foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1502/XIII/3.<sup>a</sup> foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente e as demais registadas no texto.

#### **8. Outros assuntos**

Finalmente, o Senhor Presidente lembrou que tinham sido distribuídas com a documentação para esta reunião duas comunicações da ERSE e da Provedora de Justiça, solicitando a interpretação autêntica da norma do Orçamento do Estado para 2018 sobre os custos com a tarifa social do gás natural, clarificando o universo dos agentes financiadores da tarifa social do gás natural e o critério de repartição do financiamento previsto nesta disposição legal, e que iria incluir na ordem do dia da próxima reunião ordinária um ponto para apreciação desta matéria.

Informou ainda que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira tinha solicitado o agendamento potestativo da PPL n.º 82/XIII/2.<sup>a</sup> – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial”, e que na próxima reunião a mesma seria distribuída na Comissão para elaboração de parecer na generalidade, cabendo ao PCP nomear relator.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2018.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 188/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Carlos Silva  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Ernesto Ferraz  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Moreira Testa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga  
André Pinotes Batista  
António Costa Silva  
José António Silva  
Margarida Marques  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Helga Correia  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia